



Bernardo Cabral

Cadernos de Cabral trazem a legislação dos recursos hídricos

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou ontem que já pediu a edição da sua próxima coletânea da série "Cadernos Legislativos", cujo tema será a Legislação Estadual de Recursos Hídricos. Segundo o senador, a iniciativa é uma contribuição às comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, nesta quinta-feira (dia 5).

Segundo Cabral, esse número vai subsidiar os estados que ainda não têm legislação própria sobre recursos hídricos, além de fornecer informação legislativa atualizada. O senador informou que somente 11 estados brasileiros já aprovaram legislação sobre "o tema mais relevante dentro da questão ambiental, por se constituir no insumo estratégico para o próximo século".

Cabral ressaltou que estabeleceu, como uma de suas metas, a elaboração de textos e a disponibilização de informações relevantes para o exercício da cidadania, iniciando pela questão do Desenvolvimento Sustentável. Ele publicou em 1995 *O Papel das Hidrovias no Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica Brasileira*, seguida de *O Município e a Cidadania: Seleção de Textos para o Administrador Público e o Cidadão*, em 1996. No início deste ano, Cabral publicou o primeiro número da série de Cadernos Legislativos com *Direito Administrativo*. Tema: *Água*.

Senadores falam hoje sobre emissões de títulos

Relatores de projetos votados entre 1995 e 1996 prestam esclarecimentos à CPI dos Precatórios a partir das 17h

A CPI dos Precatórios ouve hoje, a partir das 17h, os esclarecimentos dos senadores que, entre 1995 e 1996, relataram projetos permitindo a estados e municípios a emissão de títulos para pagar precatórios.

São os seguintes os senadores e os projetos relatados: Gilberto Miranda (PFL-AM) - prefeitura do município e governo do estado de São Paulo; Pedro Piva ((PSDB-SP) - prefeitura de Guarulhos; Fernando Bezerra (PMDB-RN) - go-

verno do Rio Grande do Sul; Beni Veras (PSDB-CE) - governo de Alagoas; Eduardo Suplicy (PT-SP) - prefeitura de Campinas; Lauro Campos (PT-DF) - prefeitura de Osasco; Carlos Wilson (PSDB-PE) - governo de Pernambuco; Jonas Pinheiro (PFL-MT) - prefeitura de Guarulhos; Mauro Miranda (PMDB-GO) - prefeitura de Goiânia; e Nabor Júnior (PMDB-AC) - governo de Santa Catarina.

Amanhã, a CPI ouvirá o governador Divaldo Suruagy so-

bre as emissões de títulos em Alagoas. Segundo o relator da CPI, Roberto Requião (PMDB-PR), as investigações comprovaram que o dinheiro dos títulos emitidos neste estado não se destinou a pagar precatórios.

Ainda amanhã, Requião apresentará o relatório parcial das investigações. A CPI vai também deliberar sobre a data em que deporão o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, e os prefeitos e governadores responsáveis pela emissão desses papéis.

Francelino quer discutir novo Código de Trânsito

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), que foi relator no Senado do novo Código de Trânsito Brasileiro, anunciou que pretende propor à Mesa a realização de seminários com órgãos do governo, para discutir como implantar as mudanças do código e o papel dos municípios na organização do trânsito das cidades. Francelino informou que a Câmara dos Deputados deverá votar a matéria nesta semana, e o código poderá ser sancionado pelo presidente da Repú-



Francelino Pereira

blica em agosto.

Os seminários, conforme o senador, também debaterão as leis ordinárias que tramitam no Congresso sobre trânsito, incluindo um projeto limitan-

do a venda de bebidas alcoólicas nas estradas e outro que estabelece jornadas máximas de trabalho para os caminhoneiros.

Francelino lamentou que a mídia só tenha voltado a dar atenção "à macabra rotina das mortes no trânsito" por causa do acidente com um ônibus que transportava ginastas do Flamengo. O senador citou dados da Presidência da República que apontam a morte de cerca de 75 mil pessoas por ano e ferimentos em 300 mil em acidentes no trânsito.

NESTA EDIÇÃO

Plenário pode votar emenda da reeleição amanhã

Senado promove hoje o segundo dia de discussão da proposta em segundo turno. **Página 2**

Simon alerta: destino de FHC está em jogo

Página 3

Senado envia à Câmara propostas aceitas por comissões

Quatro projetos aprovados em caráter terminativo seguem para a Câmara. **Página 4**

Prossegue hoje debate sobre reeleição

Além de aprofundarem o exame da proposta de emenda constitucional, os senadores votam em plenário as indicações de dois embaixadores, um para o Zimbábue e outro para a França

Continua esta tarde no plenário do Senado, a partir das 14h30, a discussão em segundo turno da proposta de emenda constitucional que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos e de seus sucessores. A matéria, já aprovada em

primeiro turno, foi relatada pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), com a mesma redação aprovada pela Câmara dos Deputados.

A medida altera, também, a data das eleições. O primeiro turno seria realizado no primeiro domingo de ou-

tubro do ano anterior ao término do mandato e, se houver segundo turno, no último domingo do mesmo mês. A discussão da proposta se estenderá até amanhã, quando a matéria poderá ser votada.

Ainda hoje, o plenário vota-

rá as mensagens que submetem à apreciação do Senado Federal os nomes dos diplomatas Ricardo Luiz Viana de Carvalho e Marcos Castrioto de Azambuja para as funções de embaixador do Brasil junto ao Zimbábue e à França, respectivamente.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Preside Sessão Solene em homenagem ao Imperador do Japão

15h30 - Preside Sessão Deliberativa do Senado

19h - Participa de recepção na Embaixada do Japão

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da *PEC nº 4/97, que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos; e *Mensagens nºs 68 e 99/97, submetendo à apreciação do Senado Federal os nomes dos diplomatas Ricardo Luiz Viana de Carvalho e Marcos Castrioto de Azambuja para exercerem a função de embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue e França, respectivamente.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; *PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; *PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; *PLS nº 122/96 (terminativo), que dispõe sobre a compensação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural pago em excesso, com impostos federais; *PLS nº 153/96 (terminativo), que acrescenta incisos ao art. 19 da Lei nº 8.629/93, que incluem ex-proprietários de áreas alienadas para fins de pagamentos de débitos originados de operações de crédito rural na ordem preferencial de distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária; *PLS nº 195/96 (terminativo), que dispõe sobre alterações de alíquotas do Imposto de Importação; e *Ofício S nº 40/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado do Espírito Santo sobre o refinanciamento da Dívida Mobiliária do estado, as operações da ARO e os empréstimos contraídos junto à Caixa Econômica Federal, inclusive os concedidos com amparo nos Votos CMN nºs 162 e 175/95, 122/96, 1 e 9/97 e suas alterações, na conformidade do Protocolo de Acordo firmado com o governo federal, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Exposição dos senadores relatores dos projetos de resolução em investigação na CPI. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (04.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da

*PEC nº 4/97, que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

Quinta-feira (05.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do *PLS nº 78/96, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor.

Sexta-feira (06.06.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira (04.06.97)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 89/96 (não terminativo), que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas; *PLS nº 236/95, que cria a renda mínima na educação; *PLS nº 84/96, que cria o Programa de Bolsas de Estudos e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional; *PLS nº 201/96, que cria a Bolsa-Cidadão; *PLS nº 126/95 (terminativo), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTS; e *PLS nº 16/96 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a seringueiro profissional, durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Exposição do governador do estado de Alagoas, Divaldo Suruagy. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Quinta-feira (05.06.97)

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Reunião extraordinária)

Pauta: Exposição do presidente da Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias - Anfip, Álvaro Solon de França; do presidente da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp, Nelson Pedro Rogieri; e do diretor-técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - Diap, Rui Brito de Oliveira Pedrosa sobre a *PEC nº 33/96, que modifica o sistema de Previdência. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; *PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país; *PLC nº 63/96 (não terminativo), que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; *PLS nº 131/96 (terminativo), que dispõe sobre a língua brasileira de sinais; e *PLS nº 139/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de desconto para os professores, em efetivo exercício na rede de ensino regular, público ou privado, nos valores dos ingressos em todas as casas que promovam eventos e espetáculos de natureza cultural. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

Lauro propõe fundo para campanhas

Intenção é evitar que o poder econômico influencie as eleições. Segundo senador, o Partido dos Trabalhadores deve lutar por essa idéia e não aceitar mais doações de empresários



Gilvam Borges

Gilvam Borges diz que PT difere apenas no estilo

Ao referir-se sexta-feira à renúncia de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência de honra do PT, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que "o que diferencia os partidos é o estilo, mas a prática de manutenção do poder e de viabilizar recursos para campanhas eleitorais é igual".

Segundo o senador, a lamentável sucessão de escândalos demonstra que o PSDB e o PT não têm por que disputar qual deles é o portador da bandeira da moralidade, tanto que o PT, que vendia uma imagem de perfeição moral, enfrenta um escândalo. Na sua opinião, isso estaria revelando que, dentro do PT, "acontecem outras coisas".

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) manifestou sua discordância com o que ela chamou de "generalização perigosa". A maioria das lideranças do PT, disse, está defendendo a realização de uma CPI sobre as denúncias envolvendo relações de prefeituras do partido com a empresa CPEM e sobre o episódio de compra de votos de parlamentares. Isso, a seu ver, revela diferenças evidentes do PT em relação aos outros partidos. Por outro lado, acrescentou, os políticos não são iguais, tanto que há um Josaphat Marinho (BA) no PFL, exemplificou.

Bernardo Cabral (PFL-AM), por sua vez, disse que, como as generalizações, as exceções também são perigosas. "Sou do PFL e sou honesto", assegurou.

O senador Lauro Campos (PT-DF) defendeu sexta-feira a criação de um fundo gerido pela Justiça Eleitoral para financiar as campanhas políticas e impedir que o poder econômico possa influenciar o resultado de eleições. Ele propõe que o PT lute por essa idéia e não aceite doações de empresários, como os partidos cuja ética é condenada pelos trabalhadores.

Lauro esclareceu que, há quatro anos, redigiu um documento para circulação dentro do partido alertando para o fato de que, se o PT utili-

zasse em suas campanhas eleitorais recursos oriundos de empresários, comprometeria o mandato dos seus representantes. Disse que as denúncias que agora envolvem Lula, acusado de morar na casa cedida por um empreiteiro beneficiário de obras das prefeituras petistas, confirmam a pertinência do seu documento.

O senador informou que, na última campanha presidencial, Lula recebeu, em doações, o equivalente a 10% das quantias que favoreceram a campanha de Fernando Henrique.



Lauro Campos

Marina garante: denúncia contra PT é "orquestrada"

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu a apuração, "até as últimas consequências", das denúncias contra procedimentos de prefeituras petistas, mas pediu que, da mesma forma, seja investigada a compra de votos para a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

Na opinião da senadora, existe um movimento "orquestrado" para desviar as atenções do episódio da Câmara para o envolvimento de prefeituras do PT com contratos indevidos. A seu ver, a melhor forma de se apurar a denúncia seria a imediata instalação de uma CPI destinada a investigar o envolvimento de partidos e empresas no financiamento das campanhas eleitorais.

Marina disse que o PT errou ao não investigar a fundo a denúncia em 1993, e destacou que o partido é alvo de críticas "até porque tem

sido bastante tenaz nas denúncias contra processos de corrupção".

A senadora lembrou que a empresa cujos contratos com prefeituras do PT estão sendo apontados como prejudiciais ao interesse público



Marina Silva

presta serviços a prefeituras do PMDB e do PSDB "que não estão sendo questionadas".

Em aparte, Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a empresa denunciada fez contrato com quatro prefeituras petistas e 296 outros com prefeituras que não eram do PT, conforme notícia de *O Globo*, nada tendo se falado contra essas outras administrações. Ele entende que a responsabilidade das prefeituras petistas tem de ser investigada, mas, a seu ver, há uma tentativa programada, deliberada de desqualificação do PT e de Luiz Inácio Lula da Silva.



Pedro Simon

Simon volta a pedir referendo sobre reeleição

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que o presidente da República não tem nenhum envolvimento com a compra de votos de deputados que apoiaram a reeleição, "mas poderá pagar um preço muito alto por isso". Ele voltou a pedir que, votada definitivamente a emenda da reeleição, o presidente realize um referendo popular, a fim de ficar devendo sua recondução ao Palácio somente ao povo.

-No ano que vem, o sr. vai para a reeleição e ficará devendo isso ao senador Antonio Carlos Magalhães, ao deputado Luís Eduardo Magalhães, ao ministro Sérgio Motta... Fique com o povo, não deva a ninguém mais sua reeleição - pediu o parlamentar, dirigindo-se ao presidente.

Simon explicou que, apesar de seu discurso parecer resultar de um pensamento oposicionista, ninguém mais que ele deseja o êxito de Fernando Henrique, sendo sua advertência própria de um fiel amigo. O senador elogiou o PFL por expulsar os dois deputados envolvidos na venda de votos, mas ressaltou que a opinião pública, agora, aguarda o comportamento do partido diante das denúncias contra o governador do Amazonas, Amazonino Mendes.

Em aparte, Bernardo Cabral (PFL-AM) comentou que o governador do Amazonas vem negando ter praticado as irregularidades que lhe atribuem. Roberto Requião (PMDB-PR) também apartou para dizer que a tramitação dessa emenda "é uma demonstração clara de quão nociva é a reeleição".

O Senado Federal encaminhou à Câmara dos Deputados quatro projetos aprovados em caráter terminativo por comissões permanentes da Casa. As propostas são de autoria da senadora Benedita da Silva e dos senadores Lúdio Coelho, Freitas Neto e Sérgio Machado

Benedita: mais rigor para violência contra criança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em caráter terminativo, projeto da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que caracteriza a violência contra menores de 14 anos e contra pessoa considerada alienada ou débil mental como violência absoluta, e não violência relativa, conforme define o Código Penal vigente.

Essa caracterização se daria,

conforme a proposta, a partir do momento em que o agente do crime conhecia a deficiência da vítima na ocasião em que o cometeu.

Em sua justificativa, alega a senadora que o objetivo da matéria é acrescentar a palavra "absoluta" ao texto



Benedita da Silva

legal. Na linguagem jurídica, lembrou a senadora, "violência absoluta" se refere à impossibilidade de prova em contrário ou de contestação do que a lei presu-

lêmica criada com a decisão do Supremo de absolver acusado de estupro de menor de 12 anos, "deixando margem à dúvida de como punir a violência sexual praticada contra menores de 14 anos, uma vez considerada a violência como relativa, e não como absoluta".

O projeto, relatado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), aguarda agora a aprovação da Câmara.

me. A autora citou a recente po-



Lúdio Coelho

Seguro de vida para peão que atua em rodeios

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) que estabelece seguro contra acidentes pessoais para participantes amadores ou profissionais de rodeios. A matéria será agora apreciada pela Câmara.

O relator do projeto, Osmar Dias (PSDB-PR), lembrou que como a maior parte dos lucros obtidos nesse tipo de evento é carregada para seus promotores, é justo estabelecer a obrigatoriedade de se assegurar às verdadeiras "estrelas" do espetáculo seguro em importância não inferior a R\$ 10.000,00.

Para Lúdio Coelho, o seguro é uma garantia de "existência digna na eventualidade de acidentes causadores de invalidez permanente e de uma compensação para a família do peão, em caso da morte deste".

Codevasf poderá atuar no Maranhão e Piauí

Maranhão e Piauí, integrantes da bacia do rio Parnaíba, serão incluídos na área de atuação da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), conforme substitutivo do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) a projeto, aprovado terminativamente, de iniciativa do senador Freitas Neto (PFL-PI). Com a incorporação, a empresa passaria a ser denominada Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

O projeto já foi encaminhado à apreciação da Câmara, logo após ter cumprido o prazo, encerrado semana passada, para interposição de recurso. A proposta estabelece a criação de uma coordenadoria na Codevasf destinada especificamente às



Waldeck Ornelas

ações voltadas para o vale do Parnaíba.

A iniciativa, que amplia a área de influência da Codevasf, também foi subscrita por Edison Lobão (PFL-MA), Hugo Napoleão (PFL-

PI), Epitácio Cafeteira (PPB-MA), Lucídio Portella (PFL-PI) e Bello Parga (PFL-MA).

- O Vale do Parnaíba há muito vem sendo apontado em estudos técnicos como área de grande potencial agrícola, tendo sido, inclusive, objeto de elaboração de programa governamental específico - o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Vale do Parnaíba (Prodepar), que precisa ser implementado em uma das áreas mais pobres da região nordestina - disse, em seu relatório, o senador Waldeck Ornelas.



Sérgio Machado

Maior proteção ao usuário de serviços através de telefone

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em caráter terminativo, projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que prevê a divulgação em áudio e vídeo do preço da participação, por telefone, em sorteios e de serviços prestados ao consumidor. A proposição será apreciada agora pela Câmara.

O relator do projeto, senador José Bianco (PFL-RO), aceitou a justificativa apresentada pelo autor sobre os problemas gerados pela utilização de serviços como "Disk-samba" e o "Disk-amizade" por empregados domésticos e filhos menores, sem o consentimento dos padrões ou pais.

Requião: Alagoas e Osasco não podem rolar dívidas

Caso o Senado autorizasse a renegociação, argumenta o relator da CPI, "estaria se desmoralizando e mostrando que a comissão de inquérito teria sido mera brincadeira"

O relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR), afirmou ontem que o calote que o estado de Alagoas e o município de Osasco estão dando no mercado, não pagando respectivamente dívidas de R\$ 104 milhões e de R\$ 27 milhões em títulos que venceram ontem, é um fato normal no sistema capitalista. Para o parlamentar, se o Senado autorizasse a rolagem desses títulos, "estaria se desmoralizando e mostrando que a CPI teria sido mera brincadeira".

Referindo-se à crítica situação financeira de Alago-



Roberto Requião

as, Requião afirmou que a obrigação do governo federal é salvar a população daquele estado, que enfrenta problemas de sobrevivência, e "não

o governador, que comprovadamente destinou para outros fins dinheiro proveniente de títulos emitidos para pagar precatórios". Para o senador, a rolagem da dívida de Alagoas e de Osasco abriria um precedente perigoso.

Ele explicou que, apesar de o governador Divaldo Suruagy pleitear um tratamento semelhante ao de São Paulo, cujos títulos também venceram semana passada, mas foram rolados, a situação é completamente diferente, visto que esses papéis foram emitidos em período anterior

ao contemplado pela CPI dos Precatórios.

O senador referiu-se às corretoras que montaram uma cadeia de compra e venda de papéis para lucrar com títulos emitidos ilegalmente: "Montaram uma quadrilha para fraudar, compraram títulos de má-fé, portanto, que fiquem agora com o mico", disse. Sustentou também que, no caso de Alagoas, "foi fraude mesmo e não compete ao Senado resolver esse problema. Esse pessoal estava precisando mesmo de um choque de capitalismo".

Amorim considera "preocupante" quadro em Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse ontem que o problema de corrupção no governo de Rondônia é tão grave que o promotor aposentado Walter Teixeira, que ocupava a Secretaria de Interior e Justiça, se demitiu por não concordar com os desvios das refeições destinadas aos presidiários e dos recursos, repassados pelo Ministério da Justiça, para ampliação do complexo penitenciário



Ernandes Amorim

Énio Pinheiro.

Ernandes Amorim considerou o quadro em Rondônia "preocupante" também

em relação ao fato de que o BNDES estaria para injetar mais dinheiro público na Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), mediante emissão de debêntures, o que, a seu ver, seria mais um ato de irregularidade.

- O que me causa estranheza é que os 51% das ações da empresa pertencentes ao governo do estado já estão caucionados à Eletrobrás, por conta de um adiamento, já vencido e não pago, para evi-

tar um colapso no sistema energético do estado - frisou.

Amorim reiterou ao Senado e ao Tribunal de Contas da União que os recursos já liberados para a Ceron desapareceram nos escaninhos do governo Valdir Raupp. "Queremos e defendemos a liberação de recursos para Rondônia, mas que seja feita de forma criteriosa e com severa fiscalização para que cumpra os seus objetivos", acrescentou.



O Informativo da RÁDIO SENADO
91,7 FM já está na
INTERNET

www.senado.gov.br



Emília alerta que Senado deve engajar-se mais contra o cigarro

Vício mata 3 milhões de pessoas por ano em todo o mundo e pode tornar-se a principal causa de morte na América Latina

"Três milhões de pessoas morrem anualmente, em todo o mundo, devido ao fumo", alertou ontem a senadora Emília Fernandes (PTB-RS), em discurso alusivo ao Dia Mundial de Combate ao Fumo, comemorado dia 1º de junho. A representante gaúcha ressaltou a necessidade de o governo federal investir, cada vez mais, em campanhas de esclarecimento, e lembrou que o Senado pode se tornar um espaço significativo na luta contra o cigarro.

A senadora criticou o poder econômico das indústrias do fumo que, segundo ela,



Emília Fernandes

promovem um produto que vicia, mata e intoxica, "além de explorar a mão-de-obra infantil, e que, além disso, são omissas em relação ao empobrecimento dos plantadores de fumo".

Emília Fernandes infor-

mou que, segundo dados da Organização Panamericana de Saúde (Opas), 135 mil pessoas morrem anualmente na América Latina em decorrência do cigarro. De acordo com as previsões da Opas, o fumo pode tornar-se a principal causa de morte na América Latina até o próximo século.

A senadora disse ainda que o número de mortes por ano, devido ao cigarro, passará dos 10 milhões nas próximas décadas, 70% das quais nos países em desenvolvimento, "caso as autoridades de saúde não reforcem as ações contra o fumo".

Alcântara apela por maior atenção aos doentes de Aids em todo o país

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apelou às autoridades do setor de saúde de todo o país para um esforço ainda maior em favor dos doentes de Aids, lembrando que, em todo o mundo, quatro milhões de pessoas vitimadas pela doença já morreram e outras 20 milhões já estão infectadas.

O parlamentar lembrou que a Aids ainda não tem cura à vista, apesar de avanços importantes para o prolongamento da vida dos pacientes e melhoria de suas condições de vida, graças ao aprimoramento do "coquetel de remédios" desenvolvido como terapia.

Carências orçamentárias, administrativas ou de pessoal, por outro lado, não podem ser invocadas como justificativas para negar aos brasilei-



Lúcio Alcântara

ros portadores do HIV a chance de enfrentar a doença - enfatizou Lúcio Alcântara, ao lembrar ser um "direito da cidadania e obrigação legal do Estado a assistência à saúde".

O parlamentar informou que a cidade de São Paulo registrou uma queda de 28 por cento no número de mortes por Aids, comparando-se o primeiro semestre de 96 com igual período deste ano. O número de internações hospitalares também caiu, em relação ao

ano passado.

Alcântara lembrou a grande contribuição dada pelo Senado à luta contra a doença e em favor dos pacientes de Aids no país, por meio da aprovação de projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que obriga o Estado a fornecer gratuitamente o coquetel de medicamentos para o tratamento. Essa proposta foi acolhida pela Câmara e transformada na Lei nº 9.313, após sanção do presidente da República.

O senador alegou que a prioridade para esses doentes não significa privilégio, lembrando que "a Justiça manda tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais: um paciente terminal não pode esperar por um amanhã que não se sabe se haverá".

Morte de frei Damião causa profundo pesar

O plenário do Senado aprovou ontem a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento de frei Damião de Bozzano, da Ordem dos Frades Capuchinhos, ocorrido no último sábado.

Conforme o requerimento, encabeçado pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), o Senado também apresentará suas condolências à família e às assembleias legislativas e governos dos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte.

Frei Damião faleceu em Recife, após dezenove internações por motivo de agravamento de doenças cardiovasculares, destacou Palmeira. Conhecido como "Padre Milagreiro", era, na expressão da palavra, "um homem de Deus, um carismático, um santo, cuja canonização já vai ser pedida a Roma pela Arquidiocese de Olinda e Recife", acrescentou.

Tuma saúda imperadores japoneses

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), em nome do Senado, deu ontem as boas-vindas ao imperador Akihito e à



Romeu Tuma

imperatriz Michiko, do Japão, que estão em visita ao país. Ele lembrou que o Brasil, com 1,5 milhão de nipo-brasileiros, é a nação americana que reúne o maior número de japoneses e seus descendentes.

- Saudar o casal imperial é reverenciar a trajetória de uma nação que pode ajudar na busca permanente de bem-estar, ordem e progresso para o povo brasileiro. Reverencio, assim, o Japão, país que soube aproveitar as possibilidades de soerguimento após se ver arrasado pela guerra - disse.

Cabral endossa editorial pela Amazônia

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu a transcrição nos Anais do Senado de editorial da Rede Amazônica de Televisão, intitulado *Por que sempre prejudicar a Amazônia*, condenando não só a proposta de redução do número de parlamentares dos estados considerados pequenos como a possibilidade de extinguir-se a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Para o senador, a matéria contém a "advertência de uma população que se insurge e, na sua insurreição, declara que não vai submeter-se e revidará à altura qualquer humilhação". Segundo destacou, o editorial alerta para o fato de os chamados estados fortes, "pendurados no Tesouro até o último centavo, não admitirem que o seu peso político no Congresso se iguale ao atribuído à Amazônia".

Essa idéia, de acordo com o editorial, é tacanha e, "ao ser posta em discussão pela sociedade brasileira, com certeza será rejeitada". Segundo Bernardo Cabral, a matéria da Rede Amazônica de Televisão garante que "essa mesma má vontade liderada por São Paulo contra a Amazônia tem no seu bojo a pretensa sugestão de extinguir a Suframa".

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) apoiou o discurso de Bernardo Cabral.

Eleições na Europa apontam rumos, segundo José Fogaça

Exemplos na França e na Inglaterra mostram, conforme o senador, a necessidade de forte apoio popular para promover as mudanças

Ao comentar a vitória socialista nas eleições francesas, o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse ontem que ela exemplifica uma lei da política: "É muito difícil uma reforma do Estado, que supostamente atenda a um programa liberal, ser realizada com eficácia por um governante de direita". Para o senador, a análise dos resultados eleitorais da França ensina "melhores critérios para avaliar o que está ocorrendo no Brasil".

Outra lição recolhida por Fogaça da vitória socialista foi a de que a reforma do Estado é "algo muito duro, muito difícil, que só pode ser feito de forma rigorosamente democrática, sob um governo com absoluto apoio popular".

No caso do Brasil, obser-



José Fogaça

vou Fogaça, um modelo mínimo de reforma do Estado, por não implicar mudanças estruturais profundas, só está sendo viável porque, "junto ao governo e na figura presidencial, se expressa um pensamento político com base na confiança nacional".

Há, na opinião do senador, outros exemplos de estadistas com visão reformista do Estado bem-sucedidos na implementação de mudanças com ampla aprovação popu-

lar. Tais são os casos, a seu ver, de Tony Blair e Bill Clinton. Conforme lembrou, o primeiro-ministro inglês, logo após eleito, não hesitou em dar independência ao Banco Central da Inglaterra, enquanto Clinton manteve o presidente do Federal Reserve Board nomeado pelo republicano George Bush.

Segundo José Fogaça, está embutido na decisão popular francesa que as reformas propugnadas por Jacques Chirac podem ser feitas, mas sob liderança socialista. A França caracteriza-se pelo gigantismo estatal, o que explicaria, na opinião do senador, a perda da capacidade de investir e gerar empregos e, em consequência, os 13% de desempregados na população economicamente ativa daquele país.

Osmar crê na exportação de carne do Sul para a União Européia em breve

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) informou que o ministro da Agricultura, Arlindo Porto, propôs no encontro da Organização Internacional de Doença Animal, encerrado em Paris no último dia 29, que aquela entidade apóie a autorização para o Brasil exportar para a União Européia a carne bovina produzida em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Esses dois estados, segundo o senador, estão há mais de 30 meses sem registrar a ocorrência de febre aftosa, fato que os habilita a tornarem-se expo-

tadores do produto, segundo a legislação da CEE.

PARANÁ

Osmar Dias esteve no encontro e informou ter sugerido a Arlindo Porto que, na próxima reunião da entidade, em janeiro do ano que vem, o Paraná também seja incluído na lista dos que podem exportar carne. Conforme disse, não há relato de febre aftosa há 24 meses no estado, excetuando o caso de um animal proveniente do Paraguai.

O senador estranhou que esse país, entretanto, tenha declarado que não houve ocorrência da enfermidade,



Osmar Dias

em seu território, nos últimos 32 meses.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) e a senadora Marina Silva (PT-AC) elogiaram o pronunciamento.

CAE aprecia empréstimo em moeda estrangeira

Na pauta da sessão desta manhã estão também a venda de parte das reservas internacionais e as alterações de alíquotas no Imposto de Importação, entre vários outros projetos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, para apreciar projeto de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT) autorizando os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira e o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais. Em caráter terminativo, a CAE analisará projeto, do mesmo autor, que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais.

Na mesma reunião, será apreciado projeto do senador Flaviano Melo



Júlio Campos



Jefferson Peres

(PMDB-AC) dispondo sobre a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídi-



Flaviano Melo



Gerson Camata

cas com empregados com mais de 40 anos. A comissão analisará ainda projeto

do senador Jefferson Peres (PSDB-AM) que dispõe sobre alterações de alíquotas do Imposto de Importação.

Está na pauta, também, parecer favorável do senador Gerson Camata (PMDB-ES) a ofício que encaminha solicitação do governo do Espírito Santo sobre refinanciamento da dívida mobiliária do estado, a respeito das operações de ARO e empréstimos contraídos junto à Caixa Econômica Federal, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados.

Távola defende incentivos para agroindústrias

O incentivo do governo à implantação de agroindústrias próximas aos locais onde há produção considerável, como forma de garantir a permanência da população no campo, foi defendido pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), ao afirmar que a solução para a reforma agrária consiste em "muito mais do que simples assentamentos e



Artur da Távola reassentamentos".

- Assim, o produto rural seria industrializado próximo ao local onde é produzido, gerando empregos dire-

tos na lavoura e na indústria e indiretos nos pequenos e médios centros urbanos das proximidades. Trata-se de uma visão global do problema. Ela interessa igualmente ao campo e às cidades. Sem a necessidade de sair do campo para buscar emprego, a população rural voltaria a crescer, reduzindo as pressões sociais sobre as grandes capitais - disse o senador.

Artur da Távola destacou que a criação de indústrias agrícolas é "tão necessária quanto a vinda de montadoras de automóvel". Segundo ele, este é um programa relativamente fácil de se executar, envolve investimentos pequenos e atua na base do desemprego e da superpopulação. "É fácil, óbvio, e já está diagnosticado há muito tempo."

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO E JOSÉ BIANCO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: Domingos Mourão Neto

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos: Célio Azevedo, Mária Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão: Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no *Diário do Senado* a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.